
UM POUCO MAIS SOBRE GÊNERO

A LITTLE MORE ABOUT GENDER

UN POCO MÁS SOBRE GÉNERO

*Tânia Maria Gomes Silva**

Resumo: Este texto busca apresentar a trajetória da categoria gênero como instrumento de análise. Não tem a pretensão de apresentar produções teóricas inovadoras, mas tão somente discutir a consolidação e o desenvolvimento do conceito de gênero, tido hoje como importante elemento de análise das relações entre o feminino e o masculino. Partindo do texto fundador de Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil...”, apresentamos autoras (es) que oxigenaram esta área de estudo, destacando o incremento das discussões envolvendo sexo/gênero e as identidades transgenéricas, que vieram tornar os debates ainda mais complexos e instigantes.

Palavras-chave: Gênero; cultura; feminismo.

Abstract: This text is intended to present the path of the gender category as an instrument of analysis. There is no intention of introducing innovating theoretical productions, only discuss the consolidations and development of the concept of gender, seen today as an important element of analysis of relationship between feminine and masculine. Referencing to the founding text of Joan Scott, “Gender: A useful category...” we showed authors that oxygenated this research project, emphasizing the increment of discussions involving sex/gender and the transgender identities that made debates even more complex and instigating.

Keywords: Gender; culture; feminism.

Em 2012, passada mais de uma década após o clássico *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*¹, a revista *Projeto História* publicou o “Usos e abusos de gênero”, ambos de autoria da historiadora norte-americana Joan Scott. Neste último, a autora confessa ter perdido durante certo período o seu interesse pelo conceito de gênero. Desinteresse não enquanto ferramenta teórico-metodológica para problematizar e intervir nas desigualdades entre homens e mulheres, que ela ainda validava, mas por julgar que o tema talvez já tivesse sido demasiadamente discutido e, por isso mesmo, não mais tivesse a força necessária para suscitar debates desafiadores. Apresentado originalmente no Brasil na *Revista Educação e Realidade*, o pioneiro artigo da historiadora norte-americana representou uma sacudida nos meios acadêmicos por ter conseguido quebrar uma dualidade nas interpretações de sexo e gênero; o primeiro relacionado às características biológicas, o segundo fazendo referência a uma construção sociohistórica do feminino e do

masculino (SCOTT, 2012, 1990).

Buscando sustentação no pensamento de autores pós-estruturalistas como Derrida e Foucault, Scott enfatizava a necessidade de “desconstruir” a oposição binária masculino *versus* feminino, voltando-se contra o essencialismo biológico que amparou a inferioridade feminina (SCOTT, 1990). Ao afirmar que a desigualdade entre homens e mulheres não estava inscrita no corpo, mas era antes o resultado de uma construção social, a autora apontou para a possibilidade de superação dessa desigualdade.

A influência de Foucault se faz sentir mais nitidamente quando a autora denuncia que gênero é a primeira (ainda que não a única) forma de dar significado às relações de poder, com a primazia do homem sobre a mulher. Esta influência nem sempre foi vista com bons olhos. Saffioti (2004b), por exemplo, acusa o filósofo francês de denunciar estas estruturas de poder ao invés de apresentar propostas efetivas de transformações sociais. Flax (1991), seguindo na mesma linha, argumenta que teorias feministas são necessárias, mas, sozinhas, não dão conta de tornar os arranjos de gênero possíveis, sendo necessárias ações feministas. Scott, de todo modo, já havia destacado essas limitações quando afirmou que “gênero é um novo domínio de pesquisa, mas ele não tem a força de análise suficiente para questionar (*e mudar*) os paradigmas históricos existentes” (SCOTT, 1991, p. 8, grifo nosso).

À parte essas restrições, a categoria gênero passou a ser bastante utilizada, principalmente pelas pesquisadoras (e pesquisadores) preocupadas com o fato de que a produção de estudos feministas se voltava muito exclusivamente sobre as mulheres. Portanto, introduziu nas discussões um caráter relacional, englobando questões sobre a mulher e sobre o homem, evidenciando que nenhum estudo sobre um poderia ter resultados concretos se não levasse em consideração também o outro. Daí a importância de estudos que voltem a atenção às formas de construção da identidade masculina, ao culto ao “macho”, às novas identidades em conflito com a masculinidade hegemônica, etc.

Embora a popularização do conceito de gênero tenha se dado efetivamente nos anos 1980, sua gênese teve início pelo menos duas décadas antes, quando os chamados “novos movimentos sociais” ganharam força e consolidaram as lutas e reivindicações dos grupos minoritários: mulheres, negros, homossexuais (CASTELLS, 2010; PEDRO, 2005). Para Gohn (2010), estes novos movimentos sociais são considerados movimento identitários e culturais porque conferem aos seus participantes uma identidade centrada em fatores biológicos, étnicos/raciais, ou geracional e tiveram um papel muito importante na conformação da sociedade atual.

No terreno historiográfico, os estudos de gênero, os *gender's studies*, surgiram dando sequência, ou fazendo uma ruptura, como preferem alguns, com a história das mulheres. Nos anos 80, a história social das mulheres se consolidou como uma tendência de maior envergadura, tendo surgido

trabalhos importantes que buscaram resgatar as experiências femininas, a fim de dar conta de histórias esquecidas e silenciadas por uma disciplina muito pouco atenta às distinções do masculino e do feminino, omissa à percepção de que a categoria “homem” excluía uma parte significativa da humanidade. O florescimento da história das mulheres foi importante e deve ser celebrado como uma etapa particularmente significativa na luta pela igualdade, no âmbito mais geral, e, de forma mais particularizada, no âmbito da disciplina, tanto por ter introduzido temas novos e instigantes (família, maternidade, sexualidade, vida cotidiana) quanto pela validação de novas fontes documentais (romances, processos criminais, cartas, diários pessoais, fotografias, oralidade, memória).

A história das mulheres deixava clara a importância da diferença sexual na organização da vida social, o que era um grande avanço, mas foi considerada ainda insatisfatória para os que reivindicavam resultados para além das meras descrições. Mais do que acrescentar mulheres aos livros de História, “era preciso repensar o próprio saber histórico e privilegiar abordagens analíticas” (PINSKY, 1999, p. 161). Assim, uma ponta de decepção com o fato de que resgatar vivências femininas, denunciando uma história de opressão, não traria, necessariamente, alteração no status quo vigente, fez com que a história das mulheres fosse sendo substituída pelos estudos de gênero, e embora herdando “muitos dos pressupostos, preocupações e metodologias de pesquisa da já atuante História das Mulheres, [...] também reformularam ou contestaram vários outros” (PINSKY, 1999, p. 162).

Portanto, ainda que a história das mulheres não tenha, evidentemente, deixado de existir, nos anos 90 a tendência historiográfica se organizava segundo dois eixos: de um lado, trabalhos sobre as representações da mulher na literatura, na iconografia, nos discursos médicos, científicos, filosóficos e jurídicos; de outro, trabalhos sobre a história social das mulheres (DEL PRIORE, 1998). Joan Scott foi a defensora do primeiro grupo, enquanto Louise Tilly, Eleni Varikas e Catherine Hall, inspiradas na corrente historiográfica marxista adotada por Thompson, Perrot, Natalie Davis, entre outros, foram historiadoras mais ligadas à história social (PINSKY, 1999).

Para aquelas autoras que se alinhavam à corrente seguida por Scott, o conceito de gênero deveria corrigir o “empirismo ingênuo” que caracterizava a história das mulheres, levando à desconstrução, nos moldes sugeridos por Derrida, do sujeito “mulher” que, do ponto de vista teórico, não existiria, sendo antes o resultado de construção de discursos filosóficos, religiosos, médicos, científicos (DEL PRIORE, 1998).

Para Gianna Pomata, a história do gênero, compreendida como história da construção social, através de discursos e práticas, de categorias do masculino e do feminino, é legítima e útil à pesquisa histórica, mas não deve ser confundida com a história das mulheres. A tarefa da história das mulheres, “não é a desconstrução dos discursos masculinos sobre as mulheres, mas sim, a

ultrapassagem da pobreza dos fatos que tornou a vida dessas atoras sociais tão descarnada” (apud DEL PRIORE, 1998, p. 233). Assim, a história das mulheres e os estudos de gênero podem e devem caminhar concomitantes, mas são produções distintas.

Um consenso, porém, marca as discussões: os estudos de gênero, tributários da percepção de que as mulheres apresentavam muitas distinções entre si, a despeito de comungarem uma anatomia em comum, possibilitaram um grande impulso nos estudos que marcam as relações entre masculino e feminino e permitiram uma inter-relação muito salutar com outras diferentes categorias de análise: classe, raça/etnia, geração, religião, região, etc., evidenciando a inexistência de uma causa explicativa única para as desigualdades sociais entre os sexos.

Desse modo, levar em consideração as especificidades das mulheres negras, trabalhadoras rurais, operárias urbanas, sindicalistas, católicas, muçulmanas, lésbicas, reconhecendo as múltiplas identidades coexistentes no universo da subjetividade e da política, implicou na relativização do peso dado a gênero na explicação e na constituição dos sujeitos (SORJ, 1992) e promoveu estudos mais produtivos.

A grande questão que a teoria feminista sempre se colocou foi a de buscar compreender porque as mulheres sempre estiveram em desvantagem em relação aos homens enquanto categoria social. Isto em diferentes tempos e sociedades e, inclusive, independente da importância que elas assumiam em sociedades coletoras. Ainda mais do que detectar as causas, importava estabelecer elementos de superação dessa desigualdade. Na busca dessas respostas, o feminismo dialogou com a sociologia, a antropologia, a psicologia, a história. Assim, a fala de Scott de que a dominação masculina se inscrevia no cultural e não no biológico ecoou com prazer aos ouvidos feministas, pois a ideia de uma superioridade masculina não sujeita a mudanças era justamente o que os estudos feministas vinham desde há muito querendo desconstruir. Conforme afirma Chanter (2011, p. 19), “a variabilidade do gênero, em oposição ao que Ann Oakley identificou como “a constância” do sexo, é o que fez do gênero algo tão fundamental para o programa feminista”. Desse modo, gênero passou a se constituir uma construção ideológica, contrapondo-se ao sexo, especificidade anatômica fixa, ou, conforme veremos adiante, aparentemente fixa.

Já nas primeiras décadas do século XX, as pesquisas etnográficas da antropóloga norte-americana Margareth Mead, na Polinésia, sustentavam a tese de que os comportamentos de homens e mulheres diferiam nas diversas sociedades e separava sexo, dado biológico, do temperamento, definido pela cultura. Embora mais tarde Mead tenha sido duramente criticada, acusada de tratar a cultura como um substantivo, capaz de moldar as personalidades e de se impor como uma entidade que atua independentemente da vontade dos indivíduos (PIRES, 2010), sua contribuição para os estudos de gênero foram

inquestionáveis, abrindo caminho para a construção desse campo de estudo (SCAVONE, 2008).

Ressalte-se também a contribuição da antropóloga e feminista Gayle Rubin (1986), autora do ensaio “O tráfico de mulheres”, publicado em 1975, onde analisa teorias clássicas da psicanálise freudiana e da antropologia estruturalista de Lévi-Strauss e traça a distinção entre sexo e gênero, oferecendo importantes elementos para a elaboração do conceito de gênero (PISCITELLI, 2000).

Porém, o formulador do conceito de gênero foi um homem, o psiquiatra e sexologista Robert Stoller que, em 1968, empregou a palavra gênero com o sentido de separação em relação a sexo quando discutiu sobre o tratamento de pessoas consideradas intersexos e transexuais que buscavam intervenções cirúrgicas para adaptar a anatomia genital/sexo à identidade sexual/gênero. Stoller, junto com John Money, outro sexologista norte-americano, aparece na literatura médica como o primeiro pesquisador a falar em identidade de gênero (PEDRO, 2005, SAFFIOTI, 2004a).

Entretanto, qualquer constituição do histórico das origens de gênero requer um recuo temporal a 1949, ano de publicação de “O segundo sexo”, obra máxima da filósofa francesa Simone de Beauvoir. Ainda que Beauvoir não empregue efetivamente o termo, não há como duvidar que a máxima “Não se nasce mulher, torna-se”, representa o começo de uma discussão que ganharia fôlego com o passar dos anos e que sempre buscaria nessa obra muito de seu poder argumentativo. Para Scavone (2008), este livro abriu um debate político bastante radical e lançou as matrizes teóricas de uma nova etapa da luta feminina, se constituindo na primeira semente para os estudos de gênero.

De uma maneira ainda bastante nova, Beauvoir representou uma reflexão fundamental para se quebrar com a crença na invencibilidade do poder masculino e do essencialismo do comportamento feminino, particularmente a ideia de maternidade como um destino; além de ter desafiado a moral e os bons costumes com a defesa da contracepção e do aborto. Temas que ainda hoje, transcorridos mais de meio século, continuam bastante espinhosos.

Apesar do conceito de gênero ter possibilitado estudos bem menos inocentes sobre as relações entre homens e mulheres, evidenciando que muitas afirmações “verdadeiras” interessavam predominantemente a homens brancos ocidentais (FLAX, 1991), é inegável que não satisfizesse a todas as pesquisadoras e pesquisadores. As feministas marxistas, por exemplo, acusaram o conceito de gênero de não possuir uma sustentação teórica capaz de explicar a desigualdade do mesmo modo que o marxismo fez com a desigualdade de classe.

No entanto, como afirma Fraser (2002), nos anos setenta, durante a chamada segunda onda do feminismo, as teorias de gênero mais influentes sofriam uma influência muito forte do marxismo. Mesmo quando contrárias à

análise de classes, expandindo gênero do terreno da economia política para o terreno do doméstico, da reprodução e da sexualidade, numa clara aproximação com a psicanálise, não havia qualquer interesse de ruptura com o marxismo. Essa ruptura só viria a ocorrer nos anos 90, quando a maior parte dos teóricos feministas deu a “volta cultural” e gênero passou a ser entendido como uma identidade ou uma “construção cultural”. Fraser propõe como uma opção mais acertada a opção por uma categoria de gênero de caráter bidimensional que enxergue a subordinação da mulher enraizada na própria estrutura econômica: trabalho produtivo pago e trabalho doméstico reprodutivo não pago, melhores empregos e salários para os homens, e piores e menores salários para as mulheres, e que, por outro lado, pense essa subordinação também como um padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia traços associados à masculinidades, assim como desvaloriza o feminino.

Quando as duas perspectivas se combinam gênero emerge como uma categoria bidimensional, que contém tanto uma face política e econômica quanto uma face discursivo-cultural – a primeira trazendo consigo o âmbito da distribuição e a segunda simultaneamente, o âmbito do reconhecimento. [...] para se reparar a injustiça de gênero, faz-se necessária uma mudança tanto na estrutura econômica quanto na hierarquia de status da sociedade contemporânea. Somente a mudança em uma delas não será suficiente (FRASER, 2002, p. 65).

Para Maria Lygia Quartin de Moraes (1998), a inexistência de uma teoria feminista do mesmo alcance que o marxismo é problemática: “O gênero é uma categoria analítica cuja sustentação teórica excede os limites do feminismo” (p. 100).

Ainda mais complicado parece ser discutir gênero buscando suporte em Marx e Engels, pois nenhum dos dois escreveu especificamente sobre gênero. Como afirma Hartmann, “as categorias marxista de análise são cegas à dinâmica do gênero” (apud CHANTER, 2011, p. 41). De todo modo, é inegável que os trabalhos de ambos ofereceram instrumentos importantes para as teorizações posteriores. Ao pensar o patriarcado, e conseqüentemente o surgimento da propriedade privada como elemento incitador da subordinação feminina, o marxismo, sem dúvida, viabilizou a proximidade entre marxismo e estudos feministas; ainda que não fosse esta o tema maior de análise de Marx e seu discípulo.

O maior complicador está em que tanto para Marx quanto para Engels a heterossexualidade era algo natural, portanto, o papel de homens e mulheres e, conseqüentemente, a divisão sexual do trabalho, não chegaram a ser questionados. Some-se a isto o fato de que para ambos, a opressão da mulher

tinha de ser examinada levando-se em conta a opressão resultante da propriedade privada e das relações capitalistas de classe, não em termos de uma política sexual (HARAWAY, 2004).

De fato, Marx acreditava que havia uma opressão sobre os indivíduos resultante do modo capitalista de produção e lamentava as condições do trabalho feminino, mas para ele o problema da mulher não era algo isolado na sociedade e sim o resultado de um regime de produção que oprime, aliena e corrompe tanto o corpo quanto o espírito (SAFFIOTI, 1969). Defendeu, assim, que, uma vez abolida a propriedade privada e instaurada a sociedade coletiva, os indivíduos – fossem eles homens ou mulheres – estariam livres. Nesta lógica, de fato, não havia espaço para se pensar a opressão feminina, pois a mulher sofria enquanto trabalhadora, não enquanto fêmea. Convém, contudo, não esquecer que o célebre trabalho de Engels sobre a família e o Estado já deixava bem claro que a primeira divisão de trabalho se dava entre o homem e a mulher para a procriação e denunciava a opressão da mulher na sociedade conjugal (ENGELS, 1975).

O fato de Marx e Engels não terem se detido de forma mais cuidadosa na questão da opressão feminina não impediu que autoras marxistas, como, por exemplo, Juliet Mitchell e Alexandra Kollontai, se valessem de seus estudos para buscar compreender a situação de opressão feminina e realizar a denúncia do patriarcado, estrutura sob a qual se assentam todas as sociedades contemporâneas e que permeia toda a organização social, política e cultural.

Por isso, Saffioti (1969), numa obra clássica, “A mulher na sociedade de classes”, defende que mesmo o desenvolvimento do capitalismo não traria, ao contrário do que muitos afirmavam, a libertação da mulher. Para esta autora era ilusório pensar que o simples fato das mulheres saírem para o mercado de trabalho e alcançarem, por meio disso, emancipação econômica, seria capaz de efetivamente promover a libertação feminina, posto que as causas da opressão resultavam de padrões culturais profundamente arraigados.

Contudo, as críticas mais recentes que se tem levantado contra o conceito de gênero é que aceitar a plasticidade do corpo biológico, não significa negá-lo, superdimensionando a força do cultural e do simbólico (BUTLER, 2008). No sugestivo livro “Problemas de gênero”, Butler alerta para as dificuldades: “Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como interpretação cultural do sexo” (2008, p. 25). Assim, o gênero não pode ser visto como meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado; tem de ser pensado também como o aparato de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Portanto, não é a biologia, mas a cultura que se torna o destino. Neste caso, gênero não estaria para a cultura como o sexo para a natureza, mas seria antes o meio discursivo/cultural pelo qual a natureza sexuada ou um sexo natural é produzido e estabelecido como pré-discursivo, uma superfície neutra sobre a qual age a cultura. Eis aí o “problema”, como

acusa Butler ou a “encrenca”, como diz Azeredo (1999).

Para as autoras pós-estruturalistas, gênero é um discurso. Isto implica dizer que, se o corpo é interpretado desde o nosso nascimento como masculino ou feminino, então gênero/cultura/representação são tão limitadores quanto sexo/biologia. O corpo aparece como um meio passivo no qual se inscrevem significados culturais e, ao mesmo tempo, é ele mesmo uma construção, pois não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero (BUTLER, 2008; FLAX, 1991).

Questionar o par binário sexo/gênero representou uma crítica ao feminismo, justamente por apontar para a inexistência de um sujeito que o feminismo buscava representar. Se não existe um ser “mulher”, como queriam as defensoras que se guiavam por uma perspectiva “desnaturalizante” do feminino, também não existe um “sexo” feminino: “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2008, p. 25).

Também Nicholson (apud PEDRO, 2005) alerta que separar sexo e gênero e considerar o primeiro como essencial para a elaboração do segundo até pode ser uma maneira de escapar do determinismo biológico, mas correndo-se o risco de se constituir, por outro lado, num “fundacionalismo biológico”, porque postula uma relação mais do que acidental entre a biologia e certos aspectos de personalidade e comportamento. Ou seja, funda sobre o biológico aquilo que a cultura estabelece como sendo personalidade e comportamento de homens e mulheres.

Ao defender a identidade como resultante do gênero e não do sexo, a teoria feminista tenta escamotear a proximidade entre gênero e essência, entre gênero e substância. A identidade deixa de ser vista como uma essência e passa a ser entendida como o resultado de uma construção discursiva que aprisiona o sujeito. Por sua vez, a linguagem aparece como o elemento da maior importância na teorização feminista de gênero, havendo uma clara tendência a se pensar a diferença sexual sempre a partir do imperativo heterossexual.

Há múltiplas possibilidades de compreensão do corpo. Pensá-las faz parte da luta conceitual e filosófica dos feminismos contemporâneos (BUTLER, 2008 apud PRINS; MEIJER, 2002).

No final do século XX assistimos à emergência de um novo paradigma norteador das ciências humanas, a pós-modernidade. Para Jane Flax (1991), a pós-modernidade colocou em dúvida as crenças predominantes na cultura ocidental, procedentes do Iluminismo, tais como: a existência de um eu estável e coerente; a razão como capaz de fornecer um fundamento objetivo, seguro e universal para o conhecimento; a crença na verdade, a neutralidade do conhecimento científico e a transparência da linguagem. Considera ainda que, embora seja inquietante valorizar o discurso pós-moderno e a ideia de que não existe uma “verdade”, ou, ao menos uma base objetiva para se julgar o verdadeiro do falso, e da compreensível atração pelo “aparentemente” lógico e

ordenado mundo do Iluminismo, a teoria feminista pertence mais propriamente ao campo da filosofia pós-moderna.

Também para Adelman (2004) a teoria feminista, ao questionar a superioridade e o poder de um sujeito, o masculino, e de uma verdade, a supremacia do macho, foi responsável pelo resgate das experiências das mulheres, antes invisíveis ou construídas como o outro na modernidade ocidental, posicionando-se lado a lado com outros discursos que, por seu caráter, desconstrutivista, são chamados pós-modernos.

Segundo Vaitsman (1994), a desconstrução pós-moderna é uma perspectiva que ajuda a entender as desigualdades de gênero e foi esta a razão de teóricas como Nicholson e Fraser aproximarem o feminismo dos discursos pós-modernos, embora tenham evidenciado as limitações desse discurso.

a crítica feminista também denuncia as categorias universalizantes de uma Razão que fala pelos outros; também promoveu uma desconstrução das noções de razão, de conhecimento, de indivíduo, mostrando os efeitos dos arranjos de gênero que estão por trás de fachadas neutras e universais (VAITSMAN, 1994, p.38).

Estas abordagens desconstrutivistas das teorias pós-modernas de gênero, negaram a concepção binária homem versus mulher e a oposição entre sexo e gênero, o primeiro visto como dado cultural e o segundo, produção cultural (SILVA, 2008) e, embora tenham atraído muitos simpatizantes, também despertaram opositores. As feministas marxistas, por exemplo, acusam tais asserções de serem despolitizadas e, em função disso, descomprometidas com as lutas concretas de libertação feminina. De fato, por não terem uma ligação histórica com os movimentos feministas, a adoção da categoria gênero e do paradigma pós-moderno pelas novas gerações de pesquisadores resulta de uma opção teórica e não de uma postura política (SILVA, 2008).

Também Scott (1991, p. 7) admitiu que “enquanto o termo “história das mulheres” revela sua posição política [...], o gênero inclui as mulheres sem lhes nomear, e parece assim não constituir uma ameaça crítica”.

Assim, as perspectivas desconstrutivistas pós-modernas, além desse distanciamento entre teoria e movimento político, também contribuíram para dissolver o sujeito “mulher”, o que, na visão de várias feministas pós-estruturalistas, era uma forma de se escapar das armadilhas do pensamento essencialista.

Para Denise Riley, porém, reconhecer a não existência de uma “identidade feminina” não deve nos levar a mergulhar num redemoinho vago dos seres pós-gendrados, abandonando as posições críticas do feminismo, celebrando um carnaval de sexualidades difusas e contingentes. Tampouco

devemos pensar que as identidades são ficções, porque isso desabilitaria as ações políticas. Angela McRobbi fala, assim, num “essencialismo positivo” e Diane Fuss defende que o problema não está exatamente na utilização da ideia de existir uma “essência” feminina, mas a maneira como se faz uso disso, se de maneira politicamente conservadora e reacionária ou progressista e libertadora (apud COSTA, 2002, p. 69-74).

Talvez se possa dizer, ainda seguindo Costa (2002), é que existe hoje uma grande variedade de feminismos e que essa diversidade não enfraquece o movimento, mas antes se constitui na sua força, permitindo articulações entre as diversificadas posições do sujeito. Além disso, achamos que teóricas representantes do pós-modernismo, como Scott, Butler, Haraway, não podem ser acusadas de terem abandonado as premissas reivindicatórias do movimento feminista. O que fizeram, sem dúvida, foi alargar o foco da lente de nossa observação acerca das complexas relações sociais entre homens e mulheres.

Silva (2008) afirma que, no campo historiográfico, os estudos de gênero de matriz pós-moderna se importam menos com o estudo das mulheres. Interessa-lhes primordialmente a construção do saber sobre a diferença sexual e sua atuação nas relações sociais. Por isso, os objetos de pesquisas, deixaram de estar restritos aos temas tradicionalmente relacionados ao universo feminino, tais como: casamento, maternidade, bruxarias, etc. e se voltaram para a configuração de instituições, representações e práticas, verificando como elas atuam nas relações de poder, buscando compreender como o gênero interage com outros aspectos da vida social.

Na transição dos anos 80 para os anos 90, a introdução da teoria queer, da qual Butler é uma das principais representantes, introduziu a noção de que a identidade é performaticamente constituída e levou as reflexões envolvendo a categoria gênero para novos caminhos. Com a obra “Problemas de gênero”, Butler, buscou uma reflexão que integrasse gênero, feminismo e identidade.

Perceber que gênero, enquanto produção cultural, nos fazia (re)produtores de um papel social, já foi aqui largamente explanado. O quanto esta constatação representou para as pesquisas sociais e, para muito além desse academicismo, para a vida de cada um de nós, homens e mulheres, cremos ter também deixado evidenciado neste trabalho. Agora o que parece estar em evidência é outro aspecto da problemática de gênero e que diz respeito, mais especificamente, à questão da identidade. É a identidade de gênero que remete mais diretamente ao sentir-se homem ou mulher, às angústias de perceber-se homem aprisionado num corpo de mulher ou vice-versa. Numa quase inversão às suas discussões originárias, quando gênero relativizou a importância dada ao corpo enquanto elemento fundante de nossos comportamentos, o corpo volta à cena.

Em sua leitura de Butler, Lamas (2000, p. 15-16), afirma que as feministas se dividiram em dois grupos: as que se norteavam pelo paradigma das norte-

americanas e recorreram à diferença de gênero, e as que seguiam influências lacanianas, mais interessadas em pensar a diferença sexual. Para as primeiras, as pessoas são moldadas pelas relações do seu passado e do presente dentro e fora da família, ficando a diferença sexual reduzida às diferenças de sexo, esquivando-se de discutir o papel do inconsciente no sistema de valores que inclui a subjetividade e a sexualidade. Contudo, por reconhecerem a importância da explicação psicológica, substituíram a categoria psicanalítica de diferença sexual por gênero, entendido como uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. Já as feministas de influência lacanianas inglesas insistiram na necessidade de utilizar a teoria psicanalítica para abordar a diferença sexual, considerando que a determinação sexual está no inconsciente. “Esta corrente defende que a diferença sexual se funda não apenas em anatomias distintas, mas em subjetividades vinculadas a um processo imaginário: o sexo se assume no inconsciente, independente da anatomia” (LAMAS, 2000, p. 17).

Para Butler (2008), gênero deve ser visto como um processo que articula sexo, desejo e prática sexual, onde o corpo é moldado pela cultura através do discurso, mas onde ele, o corpo também importa. Segundo ela, as pessoas não são apenas resultado de um processo de socialização, elas também constroem a si mesmas e “criam” um gênero. Assim, em Butler, gênero aparece como “fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivo” (2008, p. 194). É certo que essa criação não se faz livremente, pois está presa a um conjunto de instruções que os indivíduos aprendem e devem compulsoriamente seguir. Assim, toda “performance” deve estar atrelada a uma heterossexualidade compulsória.

O pensamento de Butler levantou muitas vozes discordantes e a autora foi acusada de tentar vender uma imagem ultrapassada do feminismo tão somente para conseguir fortalecer a teoria queer; o que ela refuta (RODRIGUES, 2005).

Surgida no final dos anos 80, nos Estados Unidos, a teoria queer faz bastante ressalvas à heteronormatividade que perpassa alguns estudos de gêneros por estabelecerem uma dualidade simplista entre sexo/natureza e gênero/cultura. Assim, teóricas (os) queer alegam que tanto o primeiro quanto o segundo podem ser moldados e construídos, especialmente nestes tempos de avanços médicos e tecnológicos que permitem que os corpos sejam modificados, construídos, transformados. A própria reapropriação do termo queer, inicialmente ofensivo, sinônimo de bicha e esquisito para uma significação menos injuriosa, nos mostra um projeto revolucionário de destruição de identidades fixas e imutáveis, evidenciando como conhecimentos e práticas sexualizam corpos, desejos, identidades e instituições (PINO, 2007).

Assim, se há múltiplas possibilidades de compreensão do corpo, pensar estas diferenças faz parte da luta conceitual e filosófica do feminismo (BUTLER,

2008 apud PRINS; MEIJER, 2002). A identidade deixa de ser vista como uma essência e passa a ser entendida como o resultado de uma construção discursiva que aprisiona o sujeito. Por sua vez, a linguagem aparece como o elemento da maior importância na teorização feminista de gênero, havendo uma clara tendência a se pensar a diferença sexual sempre a partir do imperativo heterossexual. Qualquer afastamento dessa “normatividade” causaria o que Butler (1990) denomina de “matrizes de desordem de gênero”.

O surgimento de indivíduos que não se enquadram dentro da normativa heterossexual homem/mulher tem obrigado exercícios de compreensão do outro nem sempre fáceis. Não se trata mais de fazer encaixar neste par tão bem arranjado um espaço apertado para os homossexuais e as lésbicas. Outras pessoas gritam por espaço, e não querem ser encaixadas em nenhuma normatividade: drags, travestis, transexuais, transgêneros.²

Para os estudiosos de gênero o momento é de debates:

São tempos difíceis e interessantes para os teóricos de gênero. Cenários de ficção científica, em que as pessoas passam da forma masculina para a feminina em um piscar de olhos [...]. A linha divisória entre ficção e realidade parece tornar-se cada vez mais difusa agora que podemos nos apresentar sob o gênero que bem entendermos por meio de personas da internet. A proliferação de clínicas de identidade de gênero, que possibilitam operações de troca de sexo, também sugere que o sexo/gênero é muito mais maleável do que poderíamos ter imaginado. Até mesmo os procedimentos de fertilização *in vitro* demonstraram ser instável o que antes era uma característica central e definidora do que significava ser mulher e ser homem. [...] Casais de lésbicas e mulheres solteiras estão tendo filhos, casais de homens gays podem ter filhos com a ajuda de mães de aluguel. O sexo não é mais o que era – e nem, tampouco, o gênero (CHANTER, 2011, p. 7).

Para Stuart Hall (2003), desde o final do século XX, as identidades modernas entraram em colapso, fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que nos forneciam, no passado, identificações sólidas. Há uma crise de identidade, resultado de um duplo deslocamento, descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos e estas não são capazes de se unificar em torno de um “eu” coerente. “Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (p. 13). O feminismo teve um papel

muito importante nisto que Hall chama de “descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico”, porque inicialmente foi um movimento que se dirigiu à contestação da posição social das mulheres, mas que depois se expandiu para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero.

Porém, não só estas incertezas marcam os estudos de gênero. Pesa também a crítica de que estes estudos estariam tomados pelo modismo, deixando de abranger um estudo relacional entre homens e mulheres para ser quase exclusivamente um estudo sobre as mulheres. Gênero era (ou deveria ser) um estudo relacional sobre como os traços atribuídos a homens e mulheres justificavam as diferenças de tratamento dado a cada um, como se naturaliza o que é fato social, econômico, político, condensando as variedades da feminilidade e da masculinidade em um sistema hierarquicamente organizado. Porém, o foco de muitos trabalhos acadêmicos e políticos têm sido quase que exclusivamente sobre mulheres (SCOTT, 2012).

Há ainda outros pontos a se considerar, como, por exemplo, o uso comercial do conceito de gênero, que se tornou um bom apelo para que as editoras ganhem dinheiro com obras em que esta palavra aparece a propósito de tudo. Além disso, o interesse pelo conceito de gênero como categoria analítica não ficou restrito ao meio acadêmico e comercial. Gênero invadiu também o contexto político, tornando-se questão importante na elaboração de políticas públicas de governos de diferentes países³ em que uma proposta de redução das desigualdades de gênero aparece como prioridade governamental tanto em governos de esquerda quanto de direita. E isto, que, num primeiro momento, parece animador, pode, ao contrário, significar tão somente um modismo que nada mais almeja senão estar afinado com um discurso de ponta, mas sem medidas efetivamente capazes de promover a igualdade política, econômica e social entre homens e mulheres. Daí o sugestivo título do trabalho mais recente de Scott (2012), “Usos e abusos”.

Porém, a questão que torna o conceito de gênero, ou as relações sociais de sexo, como preferem as francesas, um terreno realmente escorregadio é que a despeito de todos os avanços já alcançados no âmbito das relações sociais ainda não conseguimos construir uma sociedade em que as tensões entre o masculino e o feminino estejam definitivamente resolvidas. Passadas mais de seis décadas, a lamentação de Beauvoir (2002) de que “as alavancas do mundo nunca estiveram nas mãos das mulheres” ainda se sustenta. Por mais explicações teóricas que os diversos estudos do feminismo tenham suscitados, seja do sistema sexo/gênero; da divisão sexual do trabalho ou, seguindo a vertente pró-estruturalista, da significação da linguagem, ainda vivemos numa sociedade em que a mulher é o “outro”. Escapar desse lugar discriminante é, pois, uma tarefa ainda a ser executada.

Notas

* Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora e coordenadora dos cursos de Pós-graduação da Faculdade Metropolitana de Maringá (UNIFAMMA). E-mail: taniagomes_65@hotmail.com

¹ Versão original cf. SCOTT, J. W. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis". *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dez. 1986.

² Não dispomos de conhecimento suficiente que nos permita um aprofundamento dessa discussão, que, no entanto, poderá ser acompanhada na instigante coletânea de Grossi, Uziel e Melo (2011).

³ No caso específico do Brasil, podemos citar o Plano Plurianual 2004-2007, que estabeleceu como uma entre as três grandes prioridades governamentais "a redução das desigualdades de gênero", além de leis e decretos visando o estabelecimento deste mesmo fim (Cf. BRASIL, 2006).

Referências

ADELMAN, Mirian. **A voz e a escuta**: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2004. (Tese de Doutorado).

AZEREDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 175-188, jan./abr., 2010.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. **Relatório de Implementação**. Brasília, Distrito Federal, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Editora Paz e Terra, v. 2, 2010.

CHANTER, Tina. **Gênero**: conceito-chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 217-235.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do**

Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pós-moderno e política.** Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 217-250.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; Unbehaum, Sandra (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira** Cristina Bruschini, Sandra G. Unbehaum (Orgs). São Paulo: FCC, Ed. 34, 2002, p. 59-78.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos identitários e culturais: gênero, etnia, gerações. In: **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010, p. 89-120.

GROSSI, Miriam, UZIEL, Anna Paula, MELO, Luiz (Orgs.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.** Rio de Janeiro: Garamonm, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARAWAY, Doona. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: **Cadernos Pagu**, v. 6, n. 22, Campinas, p. 98-113, jan./jun., 2004.
LAMAS, Marta. Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 84-85, p. 12-25, mar./ago. 2000. Disponível em: <<http://www.justicaambiental.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta.MartaLamas.PDF>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

MORAES, Maria Lygia Quartin de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, n. 6, p. 99-105, 1998.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28. jan./jun., 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100008>>. Acesso em: 08 set. 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, jan./abr., 2009.

PISCITELLI, Adriana Piscitelli. Comentário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, 2003. Disponível em <www.scielo.br/pagu/php>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. "Re-criando a (categoria) mulher?". In: A Prática Feminista e o Conceito de Gênero. Leila Mezan Algranti (Org.). **Textos Didáticos.** São Paulo,

IFCH/Unicamp, 2002, p. 32-33.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. Resenha: Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 179-183, jan./abr. 2005.

RUBIN, Gayle. El trafico de mujeres: notas sobre la economia politica del sexo. **Nueva Antropología**, México, v. 8, n. 30, 1986. Disponível em: <www.juridicas.unam.mx/publica/librev/ver/nuant/cont/cnt7.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. **A mulher na sociedade de classe**: mito ou realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

_____. Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004a (Coleção Brasil Urgente).

_____. Diferença ou indiferença? Gênero, raça/etnia, classe social. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004b, p. 35-42.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, jan./abr. 2008. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso: 15 mar. 2013.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

_____. Os usos e abusos do gênero. **Projeto história**, v. 45, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/article/view/15018/>. Acesso em: 12 fev. 2013.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões sobre o paradigma pós-moderno e os estudos históricos de gênero. **Brathais–Revista de Estudos Celta e Germânico**, v. 8, n. 2, p. 75-84, 2008. Disponível em: <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/viewFile/504/421>. Acesso em: 14 mar. 2014.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e da pós-modernidade. In: **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Recebido em: fevereiro de 2014.

Aprovado em: abril de 2014.